



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 25/08/14

Wagdy
Conceição de Maria Lagoes Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado GUSTAVO NOLTE

para relatar.

Em 26/08/14

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça

PROCESSO AL: 9734/14

PROJETO DE LEI nº 79/2014

AUTOR: Deputado Flávio Nogueira Júnior

RELATOR: DEP. GUSTAVO NEIVA

RELATÓRIO.

Nos termos regimentais para o devido parecer, veio a esta Relatoria Projeto de Lei de autoria do Deputado Flávio Nogueira Júnior, que dispõe sobre a implantação do sistema biométrico de identificação de recém-nascidos no Estado do Piauí.

Pelo art. 1º fica o Poder Executivo autorizado a implantar e operacionalizar sistema biométrico de identificação dos recém-nascido nos hospitais e maternidades pública.

Segundo a presente proposição, o sistema de identificação biométrica consiste em um banco de dados civil, centralizado no órgão estadual competente, vinculando as impressões digitais das mãos e dos pés dos recém- nascidos às de suas mães.

É o relatório!

PARECER

Da Constitucionalidade Formal

A inteligência do art. 75¹ da Constituição Estadual, *caput*, autoriza a iniciativa parlamentar na propositura de leis, razão pela qual a presente proposição goza de constitucionalidade formal, qual seja: a de competência para iniciativa.

1 **A iniciativa das leis** complementares e das leis ordinárias cabe **a qualquer membro** ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição. (Grifo não constante do texto original).

De outro turno, diga-se, por oportuno, que a matéria em comento não invade competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

Da Constitucionalidade material

No que tange a sintonia com as normas constitucionais, aqui compreendidas as de âmbito estadual e federal, não há incongruência, pelo contrário, pois ao tratar da implantação do sistema biométrico de identificação de recém-nascidos, referida proposição procura proteger a criança.

Observa-se que mesmo o Estatuto da Criança e Adolescente tratar de um sistema de identificação do recém-nascido, a presente proposição não contraria referida disposição, mas complementa referido dispositivo, estando em sintonia com a Lei Complementar de nº 95/98 que trata da elaboração das leis, entre outros temas.

DO VOTO DO RELATOR.

Consubstanciado, nas fundamentações acima expostas, esta relatoria entende que a presente proposição pode perfeitamente seguir o trâmite normal por estar em sintonia com os preceitos regimentais e constitucionais.

Relatoria, Teresina, 01 de dezembro de 2014.


Dep. Gustavo Neiva

DO VOTO DA COMISSÃO.

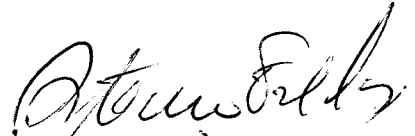
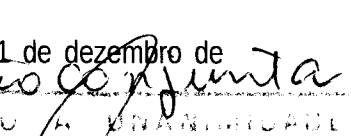
A Comissão de Constituição e Justiça, por seus membros, através da assinaturas abaixo-firmadas, entende:

() pela acolhida do voto do Relator;

() pela rejeição do voto do Relator.

Sala das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, em 01 de dezembro de 2014.

Membros da CCJ.



Reuniao Conjunta
PROVAVO A UNANIMIDADE
em 02 de 12/14
Presidente da Comissão de
Justica e Adm.
Publico